



MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE SERGIPE
PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
COORDENADORIA DE COMUNICAÇÃO
RECORTE DE JORNAIS

MEIO AMBIENTE Correio de Sergipe - 07/06/2016

Ministérios Públicos e entidades repudiam PEC 65

LINDIVALDO RIBEIRO/CS

Karla Pinheiro

O Ministério Público Federal de Sergipe (MPF/SE) em parceria com o Ministério Público Estadual (MPE) promoveram nessa segunda-feira, 6, uma audiência pública com diversos órgãos e entidades ligadas ao meio ambiente, parlamentares e com o meio acadêmico para propor um debate sobre a Proposta de Emenda Constitucional (PEC) nº 65/2012, que é considerada por eles um retrocesso no processo de licenciamento ambiental. Na audiência foi confeccionada uma nota de repúdio à PEC que será encaminhada aos parlamentares federais de Sergipe e ao relator da PEC 65.

De acordo com o Ministério Público Federal e Estadual, se a PEC 65 for aprovada, as obras serão autorizadas a partir da apresentação do estudo prévio de impacto ambiental, dispensando qualquer controle posterior dos órgãos de fiscalização e do Poder Judiciário sobre o processo de licenciamento e sobre o cumprimento das condicionantes e das obrigações socioambientais por parte do empreendedor. Na prática o licenciamento ambiental deixa de existir.

“Estamos muito preocupados com a aprovação dessa PEC que representa um enorme retrocesso na defesa do meio ambiente, ela elimina o processo de licenciamento ambiental, ela dá autorização para realização de obra e atividade de extremo impacto ambiental sem nenhuma análise prévia, sem estipulação de condicionantes, sem medidas mitigadoras, compensatórias, inclusive afastando a apreciação do Poder Judiciário e dos órgãos da administração que realizam o controle ambiental”, diz a procuradora Marta Figueiredo.

• Mobilização

O intuito da audiência, segundo a procuradora, foi promover um debate democrático, conscientizar a sociedade e mobilizar os órgãos de defesa do meio ambiente, seja da sociedade civil ou órgão oficial. “Essa mobilização é para que nos manifestemos contra a aprovação e tramitação dessa PEC, e que as pessoas se engajem



■ Na audiência foi confeccionada uma nota de repúdio que será enviada aos parlamentares federais de Sergipe e ao relator da PEC

nesse movimento. Vamos produzir uma nota pública contrária e encaminhar a todos os parlamentares federais que representam Sergipe no Congresso Nacional e ao relator da PEC”, adianta.

A PEC é de 2012 e agora volta a ser apreciada, ela está na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania do Senado Federal. “Não há data ainda para votação, houve um pequeno retrocesso na sua tramitação por um pedido do Senador Randolfe Rodrigues que é o relator, e ela voltou à Comissão de Constituição e Justiça. Mas isso não faz com que nossa preocupação diminua, tal é a gravidade e o vício inconstitucional ligado a essa PEC”, ressalta a procuradora.

• Vulnerabilidade

O promotor de justiça e diretor do Centro de Apoio Operacional do Meio Ambiente do MPE, Carlos Henrique Siqueira, ratifica o posicionamento do órgão e afirma que a PEC 65 deixa o meio ambiente vulnerável. “O MPE é totalmente contra a PEC e as diversas outras leis que estão tramitando para flexibilizar o licenciamento ambiental do país. Isso gera uma vulnerabilidade muito grande para todo o ecossistema e a sustentabilidade. Sobre o argumento de que há demora na

liberação das licenças, o Governo resolveu criar uma PEC diminuindo etapas do licenciamento ambiental e também impedindo que esse licenciamento uma vez dado, seja discutido, que haja controle posterior do Poder Judiciário e órgãos licenciadores. Isso dificulta ainda mais a contenção de desastres e problemas ambientais, porque dado o licenciamento as falhas podem ser constatadas, mas não corrigidas”, aponta.

• Retrocesso

O secretário de Estado de Meio Ambiente e Recursos Hídricos (Semarh) conta que há um movimento nacional da Associação Brasileira de Entidades Estaduais de Meio Ambiente, formando pelos secretários de estado de meio ambiente e órgãos licenciadores do país, contra a PEC 65. Eles consideram a medida como um retrocesso.

“Entendemos que ela vem na contramão das ideias de quem defende o meio ambiente. Ela é um retrocesso, ela está pulando uma etapa fundamental que é o crivo público para dar condição de licenciamento e a segurança de que nós estaremos trabalhando com o crescimento da economia, mas com a garantia da sustentabilidade, ou seja, respeito ao meio ambiente”, enfatiza Olivier Chagas.